

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Diretoria de Materiais

Certifico que recebi este expediente na
Diretoria de Materiais às 14 : 30 h
do dia 30 / 02 / 2019.

Servidor Responsável

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI, estabelecida na Rua João Galo, 517, na cidade de Birigui/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.576.524/0001-25, neste ato representada pela sua sócia a Sra. SANDRA CONTRERA FERREIRA, portadora da Carteira de Identidade nº 30.189.688-4, vem, *data maxima venia*, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTRA RAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Interpostos por English for Life Languages Ltda. e André Gustavo Costa Gonçalves & Cia Ltda., pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.



DOS FATOS

Interpuseram as recorrentes recurso administrativo, requerendo a primeira sua habilitação face a previsão legal de apresentação da documentação habilitatória para as MEs e EPPs até 05 dias após a sessão, e a segunda seu credenciamento por entender estar seu objetivo social de acordo com o licitado, traz ilações sobre ilegalidades no edital e, ambas, sugerem ser o preço da peticionante inexecutável.

São essas, a síntese dos fatos e fundamentos carreados no recurso.

DOS FUNDAMENTOS

Pelo teor do apresentado pelas recorrentes, é possível constatar o objetivo protelatório destas, as quais, visam dar margem em todo o certame pela anulação deste, visando única e exclusivamente tumultuar o processo, afim de frustrar os objetivos pretendidos pela Administração Municipal neste procedimento.

Nos faz entender que, todos os atos percorridos pelas recorrentes no certame somente tem o condão de procrastina-lo, afim de forçar a Administração Municipal frustrar a contratação almejada.

Tal medida é ardil e desrespeitosa com o Município de Birigui e com a licitante peticionante. Pois vejamos:

Sabendo das regras do certame, deveria ser atendido em sua integralidade, participaram do certame, **NÃO TENDO SIDO DIRIGIDO QUALQUER IMPUGNAÇÃO AO EDITAL OU PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS DESTES POR**



AMBAS LICITANTES, OU SEJA, TINHAM PELO CONHECIMENTO DAS EXIGÊNCIAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Conforme bem fundamentada a decisão do N. Pregoeiro, a qual, irretocável, seria inviável a participação da segunda recorrente **POR NÃO HAVER COMPATILIBIDADE SOCIAL COM O OBJETO LICITADO (QUAL SEJA, EMPRESA ESPECIALIZADA NA MINISTRAÇÃO DE CURSOS DE INGLÊS)**, e na inabilitação da primeira recorrente, vez que, ainda que houvesse irregularidade fiscal, **DEVERIA TER SIDO APRESENTADA A CERTIDÃO POSITIVA.**

Mesmo assim, conhecedoras dos fatos e decisões carreadas nos autos, as recorrentes participaram do certame, **já sabendo que não atenderiam ao exigido no Edital!**

Se alguma mácula existe no certame, é a participação das recorrentes, as quais, através de suas atitudes procrastinatórias – participação mesmo não atendendo ao objeto licitado e, apresentação de recursos infundados – estão tumultuando o presente com objetivos escusos.

Logo, pelas atividades desenvolvidas pelas mesmas no presente – tentativa de frustrar e fraudar o certame oferecer sistema incompatível com o exigido no Edital –, configuram crime tipificados na lei 8.666/93, a saber:

*“Art. 90. **Frustrar ou fraudar**, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.” (grifo nosso)

Assim, além do já manifestado pelo enquadramento das atividades desenvolvidas pelas recorrentes no certame ser tipificadas como crime, acrescenta-se ainda o fato dos prejuízos financeiros – diretos e indiretos – causados a Administração Municipal pela demora na conclusão do certame.

Além do improvimento no mérito dos recursos ofertados, estes não devem, sequer, ser recebido, face a flagrante improcedência do mesmo.

Tal medida já foi deliberada pelo TCU:

“Acórdão 2143/2007 Plenário

Quanto ao mérito, verifica-se que o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 determina expressamente que “o licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer”, devendo, no prazo de três dias, apresentar as razões do recurso. No entanto, referida norma não define a quem caberia fazer o juízo de admissibilidade do recurso, nem a quem o mesmo seria endereçado.

Entretanto, o Decreto nº 5.450/2005, ao regulamentar o pregão eletrônico na administração pública, determinou expressamente no art. 11, inciso VII, que caberá ao pregoeiro, dentre outras atribuições, “receber, examinar e



decidir os recursos, encaminhando a autoridade competente quando mantiver sua decisão". Verifica-se, desse modo, que o exame da admissibilidade do recurso foi atribuído ao pregoeiro, enquanto o exame de mérito, caso seja ultrapassada a primeira fase, constitui atribuição da autoridade superior, consoante previsto, inclusive, no inciso IV do art. 8º do mesmo Decreto.

Cumpra observar, além disso, que, pelo que dispõe o art. 7º, inciso III, do Decreto nº 3.555/2000, cabe recurso contra atos praticados pelo pregoeiro, sendo competência da autoridade superior o julgamento do mesmo, sem efeito suspensivo, como estabelece o art. 11, inciso XVIII, do mencionado Decreto.

Ao proceder ao exame de casos concretos sobre o tema, tendo em conta as normas acima mencionadas, o TCU já se manifestou no sentido de que o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos em procedimentos de pregão pode ser realizado pelo pregoeiro. Como já foi assinalado, a finalidade da norma, ao autorizar o pregoeiro examinar previamente **a admissibilidade do recurso, é afastar do certame aquelas manifestações de licitantes de caráter meramente protelatório**, seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilização da via recursal, seja por não atender aos requisitos extrínsecos, como o da tempestividade.

Essa prerrogativa conferida ao pregoeiro não viola os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. ao contrário, **coaduna-se com o princípio constitucional da eficiência previsto, de forma expressa, no art. 37 da Constituição Federal e com o princípio da celeridade processual**, ambos exigências em



favor dos próprios administrados, **que não pretendem ver seus pleitos eternizados pela máquina estatal, com infundáveis recursos e deliberações de cunho meramente protelatório.**

Note-se que, se, por um lado, a administração deve estar atenta aos anseios daqueles que, por algum motivo, pugnam pelo seu direito, por outro, **não pode perder de vista o interesse público, constantemente obstaculizado por questionamentos meramente protelatórios.**

Também não se pode deixar de considerar os interesses daqueles que tiveram sua proposta acolhida pela administração e pretendem ter o seu negócio concluído o mais rapidamente possível.

Não se trata aqui de um exame do mérito do recurso, visto que esse cabe ao superior, mas de **verificar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento.** **Esta é a melhor exegese da expressão “motivadamente” contido no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002,** pois são inúmeros os casos em que o próprio pregoeiro tem plenas condições **de negar seguimento ao recurso em um exame simples dos fundamentos apresentados.** Cabe ao interessado não esgotar os seus fundamentos, mesmo porque os prazos concedidos não podem ser excessivamente dilatados para esse fim, mas deve, dentro do possível apresentar motivação que demonstre o mínimo da plausibilidade de seus argumentos que justifique o seguimento do recurso.

Estou certo de que a doutrina tem hoje uma certa resistência em aceitar esse procedimento. No entanto,



*interpretação diversa, admitindo-se, por exemplo, a simples indicação do motivo, ainda que este seja desprovido de qualquer plausibilidade, **viola o dispositivo legal ora discutido, que tem como objetivo exatamente evitar a suspensão de um procedimento licitatório por motivos que, em seu nascedouro, já se sabe de antemão serem manifestamente improcedentes.***

Digo mais uma vez: esse procedimento não viola o princípio do contraditório e da ampla defesa, mormente se considerarmos que contra os atos praticados pelo pregoeiro sempre cabe recurso à autoridade superior, consoante se depreende do art. 7º, do Decreto nº 3.555/2000, sem efeito suspensivo, é verdade, como expressamente consignado no art. 11, inciso XVIII, do Decreto nº 3.555/2000, que regulamentou o instituto do pregão na administração pública. Desse modo, negado seguimento à manifestação da intenção de recorrer, incumbe ao interessado interpor recurso contra o ato do pregoeiro, o qual será examinado pela autoridade superior, sendo que o procedimento licitatório prosseguirá normalmente.

Não se pode, além do mais, deixar de ressaltar que os atos praticados pelo pregoeiro estarão sujeitos a uma avaliação necessária quando da homologação do procedimento pela autoridade superior, a qual tem como atribuição examinar todos os atos praticados ao longo do certame, proclamando a correção jurídica dos mesmos ou, verificando vícios, determinando a anulação dos atos praticas.

Além do mais, não se pode deixar de considerar que o pregoeiro, principal envolvido na realização de todo o procedimento, tem o dever de conhecer de forma ampla todos os procedimentos a serem adotados. Dessa forma,



estou certo de que possui plenas condições de emitir juízo de valor prévio a respeito dos motivos dos recursos interpostos pelos recorrentes. O caso concreto ora examinado bem demonstra esse fato, como veremos a seguir.

Por todo o exposto, compreendo que o procedimento definido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelos Decretos nº 3.555, de 2000 e 5.450, de 2005, ao exigir que a manifestação da intenção de recorrer seja motivada e que o exame da admissibilidade seja realizado pelo pregoeiro, apenas concretiza o princípio da eficiência consignado no art. 37 da Constituição Federal.” (grifo nosso)

Vale ressaltar ainda, que as falácias mencionadas por ambas recorrentes em suas razões recursais (sugestionando ser o preço ofertado da peticionante inexecutável, situação a qual colocaria em risco o atendimento do objeto do certame, levando a a Administração sérios prejuízos), pode ser tipificada como crime, de acordo com o Código Penal Brasileiro:

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Não há que se questionar, neste aspecto, o preço ofertado ou exigência de planilha de composição de custos, vez que, não há distorção significativa do orçamento pela Administração.

Assim, desnecessário gastarmos florestas de papéis e rios de tinta sobre o recurso ofertado pelas licitantes, face a flagrante improcedência destes!



DO PEDIDO

EX POSITIS, **Requer** a Vossa Excelência que se digne a **NÃO RECEBER** os recursos ofertado pelas recorrentes, pelos fatos e fundamento delineados e, subsidiariamente julgar **IMPROCEDENTES**, por ser esse o único meio de promover a segurança jurídica, prestigiar a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e dar a manutenção da **J U S T I Ç A !**

Termos em que Pede,
e Aguarda Deferimento.

Birigui/SP, 19 de Fevereiro de 2019.



CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI
Sandra Contrera Ferreira
Proprietária